

REDATOR PRINCIPAL
Alexandre Vieira
MEMBRO EDITOR
Joaquim Cardoso
Propriedade da União Operária Nacional
Gabinete de Imprensa - R. da Azurara, 104
(Portaria da lei que regula a liberdade de imprensa)

Redação e administração — Calçada do Combro, 22-A, L.
End. telegr.: Telégrafo - Lisboa - Telégrafo 1

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

A repressão bolxevista

Com razão saliente o amigo Carlos Rates que é necessário definir atitudes ante a notícia publicada nos jornais de que o governo pensa em adoptar medidas de repressão contra a propaganda bolxevista.

Pela nossa parte, nós somos francamente bolxevista, se por bolxevismo se entende a execução imediata da socialização das riquezas móveis e imóveis, a supressão de classes e a execução do programa de realizações socialistas, que Carlos Rates expôs no seu artigo «O perigo bolxevista».

O que pensa o governo sobre o bolxevismo, não nos importa. O que sabemos é que há um artigo na lei fundamental da República Portuguesa, que nos garante a liberdade de pensar e de escrever. Proibir, portanto, que expressemos as nossas ideias, o nosso critério, o nosso pensamento, é atentar contra a mais essencial regalia que se confere ao cidadão, ponto que é necessário frisar bem que a propaganda do bolxevismo, que não é mais que a realização máxima do socialismo, não representa senão a difusão de um corpo de doutrinas sociais, de um amplo programa de reformas económicas e de um vasto plano de administração pública. Não data de ontem nem de hoje a propaganda de essas doutrinas. Desde a primeira Internacional, em 1864, que ela se vem fazendo, que ela se vem propagando, que ela se vem difundindo entre o meio operário. Já em 1848 nas ruas de Paris e Berlim correu sangue por ela.

Já também em 1871 o povo de Paris proclamou a Comuna, que consubstanciava essas doutrinas.

E certo que essas ideologias genrosas caíram. A propaganda socialista ainda não estava madura. A burguesia ainda dispunha da força e da ignorância. Mas os tempos correram. As ideias amadureceram. Entre aquelas datas memoráveis e os dias de hoje a distância é enorme, pois que presentemente as condições sociais são diferentes, o socialismo está na mente das grandes massas. A era dos idealismos, das teorias, passou. Agora o momento é de realizações práticas, concretas.

Pretender, pois, reprimir a propaganda bolxevista nem nos damos mesmo ao prazer de isso discutir, pelo simples facto que consideramos essa intenção como uma intímidação. Reprimir uma doutrina ou uma ideia, foi em todos os tempos uma coisa vil. Não há nada que force o pensamento. Ele age sempre. A história é fértil em exemplos dessa ordem.

Depois ninguém tem o direito de coartar a liberdade de cada qual expor ou fixar as bases em que pode ou deve assentar a organização económica ou administrativa do Estado do seu país. Fazer a propaganda do bolxevismo, ou seja, do socialismo, não é incitar à revolução bolxevista, mas preparar o proletariado para a execução imediata das suas conclusões sociais no momento próprio, a fim de evitar que, em frente da revolução socialista triunfante não só no Oriente, como na parte central e a desenhar-se no Ocidente da Europa, não se estabeleça o caos, a desordem e a imprecisão. Não há perigo na propaganda bolxevista, antes, pelo contrário, há vantagem nisso, por quanto sendo inevitável o advento do regime socialista, mais vale ir preparando o terreno do que deixar correr tudo à revelia. Isto é que constitui perigo, e perigo sério.

Outro perigo não distinguimos na propaganda das ideias ou do programa, que significa bolxevismo. Se há ainda outro perigo, esse naturalmente só susta a burguesia, porque vê no triunfo da ditadura revolucionária a ruina dos seus privilégios e da sua preponderância. Se é por este motivo que se pretende reprimir a propaganda chamada bolxevista, é escusado exercer essa repressão, porque, como já dissemos, não há nártia que reprenda o inevitável, posto que a revolução social, a ditadura do proletariado e a execução do programa revolucionário é um facto inevitável.

Nestes termos, pois, a propaganda da preparação revolucionária do proletariado nacional não é um perigo, mas uma salvaguarda para todas as classes sociais, porque aplana a consecução de realizações socialistas. Como bem diz Carlos Rates, seria loucura que em Portugal nos propuzéssemos a fazer, desde já, uma insurreição social. Além de não estarmos suficientemente preparados, depressa seríamos esmagados pelos nossos vizinhos de Espanha, de Madrid com os exercitos dos aliados.

Não haja, portanto, medo duma revolução bolxevista. A seu tempo ela virá de fora para dentro. Por ora o nosso dever, escudados no direito de pensar livremente, é preparamos as grandes massas para a hora propícia elas assumirem conscientemente o seu papel na grande obra de construção do edifício socialista.

César Nogueira.

A NOVA LEI DO INQUILINATO
No domingo, 27 do corrente, em sala que brevemente será indicada, realiza o dr. Sobral de Campos a 3.ª conferência do Conselho Jurídico sobre o tema: A nova lei do inquilinato.

Iniciativas ministeriais

OS BAIRROS OPERÁRIOS

Uma entrevista com o ministro do trabalho

A minha iniciativa não visa à transformação do locatário em proprietário, mas a torná-lo usufrutuário de todos os lucros da própria renda.

— Vai, então, construir-se o primeiro bairro operário?

— Diga antes, interrompe-nos o ministro, que o problema dos bairros operários entra, enfim, no domínio das coisas práticas.

— Mas temos recebido já, a propósito, reclamações de vários carácter...

— Sim, sim, já sei. — Questão de insuficiência de conhecimento das bases do projecto e das condições de sua execução.

— Queria dizer...

— O projecto que vai ter imediato andamento, difere absolutamente de quantos até hoje têm sido apresentados quer nos vários parlamentos da República, quere nas câmaras municipais, à face do critério moderno, não o era. Não o era porque dessas rendas vivia um parasita à custa do trabalho alheio.

— É claro que isto é uma mera hipótese em que se não atende a todas as razões que a implica e que serve, apenas, para lhe acentuar, mais uma vez, que o meu ponto de vista foi este: valorizar o morador dos bairros operários social e moralmente, morigerando-lhe as costas, pela obrigação de freqüência nos seus institutos de ensino e recreio espiritual e físico, e libertar a infância pobre de todo o assédio moral que constitui essa viver do meio-da-rua; fazer, enfim, uma obra de largas vistas sociais e não sómente atender ao problema das casas baratas.

— Até aqui todas as iniciativas vindas a público visavam de uma de outra forma à transformação do locatário num prazo mais ou menos longo, em proprietário... isto é, à criação de uma pequena burguesia com todas as aparenças de proletariado independente.

— No projecto de agora a base essencial é muito outra: — mantém-se a propriedade na posse do Estado e o seu uso-fruto completo e perfeito, muito largo e socialmente compreendido, primo direito do locatário.

— Mas não é isso o que se dá com qualquer locatário na propriedade particular?

— Não senhor. O uso-frutoário da moradia nestes bairros não só tem a sua posse-plena, mas também o direito de fruir em comum todos os lucros sociais da propria renda ou aluguer.

— Os bairros são constituídos de moradias independentes, com todas as condições higiênicas da moderna construção, e ás quais não são estranhas mesmo certos delineamentos de estética, e outras construções destinadas a institutos de carácter social. Assim, desde as Maternidades, escolas infantis e profissionais, até ao puro divertimento espiritual artístico e teatro com passagem pelas salas de aperfeiçoamento físico, campos de desporto, bibliotecas de recreação e cultura, tudo nesses bairros se contém.

A administração do bairro será feita pelos seus moradores juntamente com delegados do governo

Deste modo a acusação vinda a público já, embora levemente ironica, de que as rendas são bastante elevadas para as classes proletárias, parece-me fundada apenas no desconhecimento das condições sociais desta iniciativa.

O Estado manteve-se na posse dos bairros a fim de lhes dar todo o carácter da posse colectiva evitando deste modo atribuição do direito de propriedade ao indivíduo, ou seja, como lhe disse há pouco, a criação da pequena burguesia.

As negociações para a expropriação do terreno estão em via de conclusão com o sr. Soto Maior, que parece disposto a facilitar, quanto possível, a minha ideia, e outros proprietários de terrenos próprios estão já também a caminho do acordo rápido.

Um aperto de mão amistoso e saudos de ministro do trabalho com a promessa de que em breve o ministro vai entrar conseguir um pequeno aumento de certa contribuição para que a sua ideia da construção de trinta bairros operários entre, como disse no começo desta entrevista, no domínio das coisas práticas.

O 1.º DE MAIO NO S. LUIS

Grandioso espectáculo

EM
homenagem a "A Batalha"
promovido pelos amigos d'este jornal

Começou ontem a venda dos bilhetes,
sendo enorme a sua procura

Foram ontem, como dissemos, postos à venda os bilhetes para a grandiosa festa que, em homenagem a A Batalha, realiza na noite do 1.º de Maio no teatro São Luís, tendo sido grande a concorrência à nossa administração de camaradas e pessoas de todas as classes sociais que adquiriram bilhetes.

— Não recebe, então, o Estado estas rendas?

— De modo nenhum, a menos que elas constituam um saldo improposito em qualquer bairro; e ainda mesmo nesse caso o Estado só pode utilizá-las na construção de novos bairros. Comprende bem que isso depende do corpo administrativo de cada bairro.

— E como é formada essa administração?

— Muito simplesmente: pela eleição directa dos moradores de cada bairro, com o auxílio dos membros nomeados pelo governo.

— Quere dizer que depende dos próprios moradores o desenvolvimento social de cada bairro, visto que, conforme a sua escolha recar ou não nos seus mais inteligentes elementos, assim essa administração revestirá um carácter mais ou menos avançado e criterioso ou meramente expeditivo de manutenção das regalias em princípio criadas.

Mas, deixe-me ainda dizer-lhe, essa acusação de rendas caras não tem razão de ser.

— O que é uma renda cara?

— Que, quanto a mim, faz uma renda cara, é o carácter de sustentação individual, dum qualquer particular á custa dos locatários da propriedade na posse daquele.

Desde que toda a renda é desejada ao bem-estar do arrendatário, que razão de queixa justa pode alegar este do seu quantitativo?

A renda é aplicada praticamente à sustentação de todas as instituições sociais de cada bairro, incluindo a própria alimentação, instrução e educação de toda a sua infância. Portanto a renda quanto mais possivelmente elevada, tanto mais produtiva a favor dos próprios locatários.

Creio que não vejo nenhuma razão séria de queixa.

Imagine que um qualquer particular construía mil palácios para arrendar e

APÓS A GUERRA BURGUESA

Os aliados e a Rússia

¡Vão-se entabolar negociações entre Paris e Moscou? — A situação nos países da Entente e as últimas vitórias dos maximalistas

Segundo despachos telegráficos, pariram de Moscou emissários do Governo dos Soviets, afim de entabarem negociações oficiais com a Entente. O caso presta-se a reflexões muito sérias porque essas negociações não seriam iniciadas sem que a Entente para isso mostrasse inclinação.

Vem este informe corroborar preguntas que a nós próprios fazemos perante informes que a imprensa quotidiana registava, acerca de um possível estabelecimento de uma plataforma entre os governos burgueses e o governo dos maximalistas. E a essa modificação na forma de encarar o grave problema russo — talvez o mais sério que até agora se tem apresentado à Humanidade — não é estranha a pressão exercida pelas massas populares dos países aliados sobre os respectivos governos.

Na Itália, o partido socialista, que tem um carácter acentuadamente revolucionário, tendo sido, até, o único partido socialista dos países beligerantes, que ao grande mortífcio foi declaradamente adverso, desenvolveu uma intensa campanha em prol dos revolucionários russos. Na Inglaterra, numa tirada parcial ultimamente realizada, o governo de Lloyd George sofreu uma estremosa derrota, explicada pelo envergamento da opinião pública ante o sigilo e moralidade da Conferência da Paz que não se atreve a encarar a questão russa muito a sério, após o malogro da conferência da Ilha dos Príncipes. Na França a questão está posta com uma gravidade crescente, accentuado a imprensa avançada a sua oposição ao governo de Clemenceau, é firmando essa posição principalmente na atitude por este adoptada perante a Revolução Russa.

E essa oposição é por tal forma grave, da tal maneira o povo francês repele o governo conservador de Clemenceau, aspirando a uma profunda e imediata remodelação social e ao término da guerra surda às Repúblicas Sociais do Oriente que um acreditado jornal dos revolucionários não tem podido importar dos outros países devido ao respetivo bloqueio da Entente. Mas os exércitos maximalistas não ficam por aqui. Eles avançam mais, tendo já ocupado uma parte muito considerável da península da Crimeia, que tem uma explêndida defesa natural no istmo de Perekop, mas que os franceses abandonaram quasi sem combate — como aliás já sucedera em Odessa — o que tem o seu quê de mistério, mistério que desvendar, dado o natural sigilo que os governos burgueses dessas operações guardam.

Em Arkangel encontram-se as tropas da Entente bloqueadas pelos gelos, em situação desesperada, pois ainda durante dois meses não poderão comunicar com os seus países, faltando-lhes, portanto, aprovisionamentos de toda a espécie para resistir ao terrível clima daqueles regiões — mesmo clima que desbaratou o exército napoleónico, sem que este tivesse conseguido para grandes embates com o inimigo.

Ora estes factos são importantes, demonstrando bem que a situação não é favorável aos aliados — e se acrescentar que a revolução já galgou os Cárpatos, triunfando na Hungria, estando prestes a empolgar os estados bálcânicos e a Áustria e a Alemanha, vemos que sérias apreensões assaltam o Conselho dos Quatro, levando-o a abster-se da guerra negra da internacional burguesa e a diplomacia vermelha dos proletários moscovitas.

Partiram, pois, delegados russos para entabolar negociações. E é natural que os proletários portugueses esperem ansiosamente os resultados dessa dé-marche, e nós prometemos, sempre que elementos de confiança tenhamos, comentar e descrever os embates entre a diplomacia negra da internacional burguesa e a diplomacia vermelha dos proletários moscovitas.

Partiram, pois, delegados russos para entabolar negociações. E é natural que os proletários portugueses esperem ansiosamente os resultados dessa dé-marche, e nós prometemos, sempre que elementos de confiança tenhamos, comentar e descrever os embates entre a diplomacia negra da internacional burguesa e a diplomacia vermelha dos proletários moscovitas.

Continua esta classe o seu movimento de aumento do salário, sempre com grande entusiasmo. Hoje, foi recebido o seguinte telegrama:

«Estofadores do Porto, reunidos juntamente com o delegado de Lisboa, resolveram dar o seu apoio aos camaradas de Lisboa — Presidente: Carlos Silvas.»

Mantém-se pois, não só em Lisboa a solidariedade da classe, mas também no Porto, como se vê neste telegrama.

Segundo informações particulares, parece que o conflito deve estar em via de solução, devido à transição da parte dos industriais, mas até à hora de ser encerrada a sessão dos camaradas em greve, não foi recebida nenhuma comunicação oficial.

O delegado da Federação de Indústria Mobiliária orientou a classe sobre o caminho a seguir.

NOTAS & COMENTARIOS

Assaltos...

O nosso preso colega A Capital revela-nos um boato que desconhecímos. Que se projecta um assalto a A Batalha. Confessamos que, nestes últimos dias, não nos constava tal propósito e julgavamo que ele — manifestado em rodas de determinados políticos no princípio da nossa publicação — já tivesse sido posto de lado. Persiste? Pouco nos importa. Esperamo-lo e como homem prevenido vale por dois, não tememos. Venham, pois, mas dispostos a arriscar a vida, porque nós estamos também dispostos a arriscar a nossa em defesa do nosso legítimo direito de livre exame e de livre manifestação de pensamento.

Ao nosso preso colega A Capital agradecemos reconhecimentos e sensibilizámos a Rússia, pois, segundo declarações de lord Churchill, na Câmara dos Comuns, as que se encontram na Sibéria negaram-se a combater os camponeses russos e, conforme um telegrama de New York que ontem demos a este tampa, nas que guardam o fronte de Arkangel, lavra a insurreição, declarando-se os oficiais impotentes para a conter-se não vier rapidamente uma ordem de repatriamento.

Tracada, assim, muito pelo alto, a situação em que se encontram os diversos países, ante os graves sucessos que veem comovendo a opinião mundial, de estranharia não é o leitor dia-a-dia, a dirigir-se ao trabalho, ler nos periódicos a sensacional notícia de se ter estabelecido uma plataforma com a Rússia proletária. Até que uma sucessão de inesperados acontecimentos veio permitir a unificação do país que Kossuth defendeu até a morte. Pois surge agora o papa e reconhece a Polónia. Sua Santidade chega um tanto tarde, não se tendo lembrado, nem ele nem os seus antecessores, de manifestar no tempo próprio o seu não reconhecimento do direito para os impérios vorazes a possem os retaliahos da nação ora reconstituída. O certo é que a influência política do Vaticano perde a diária, por vontade de Deus, provavelmente. Por modo que para manter os povos em sujeição, desculpe Sua Santidade, não valem já papas. Nem bolos.

Questões de compreensão

Descreva é que o ilustre director de A Manhã, lendo-nos parece que assimadamente, nos não comprehenda em regra — ele próprio o declara. Ora não é certo a divergência existente entre as nossas opiniões e as do ilustre jornalista que origina o facto lamentável, porquanto nos o comprehendemos inteiramente, sem embargo de não sermos compreendidos. A propósito do editorial que anteontem publicámos, bordava A Manhã uma série de considerações a que só a nossa falta de clareza poderia dar causa. Pois amanhã procuraremos ser mais claros.

MINISTRO DA GUERRA

<p

